

Instituto Socioambiental

fonte: O Globo class.: 34

data: 20/2/95 pg.: 14

Áreas verdes do Grande Rio sofrerão avaliação inédita

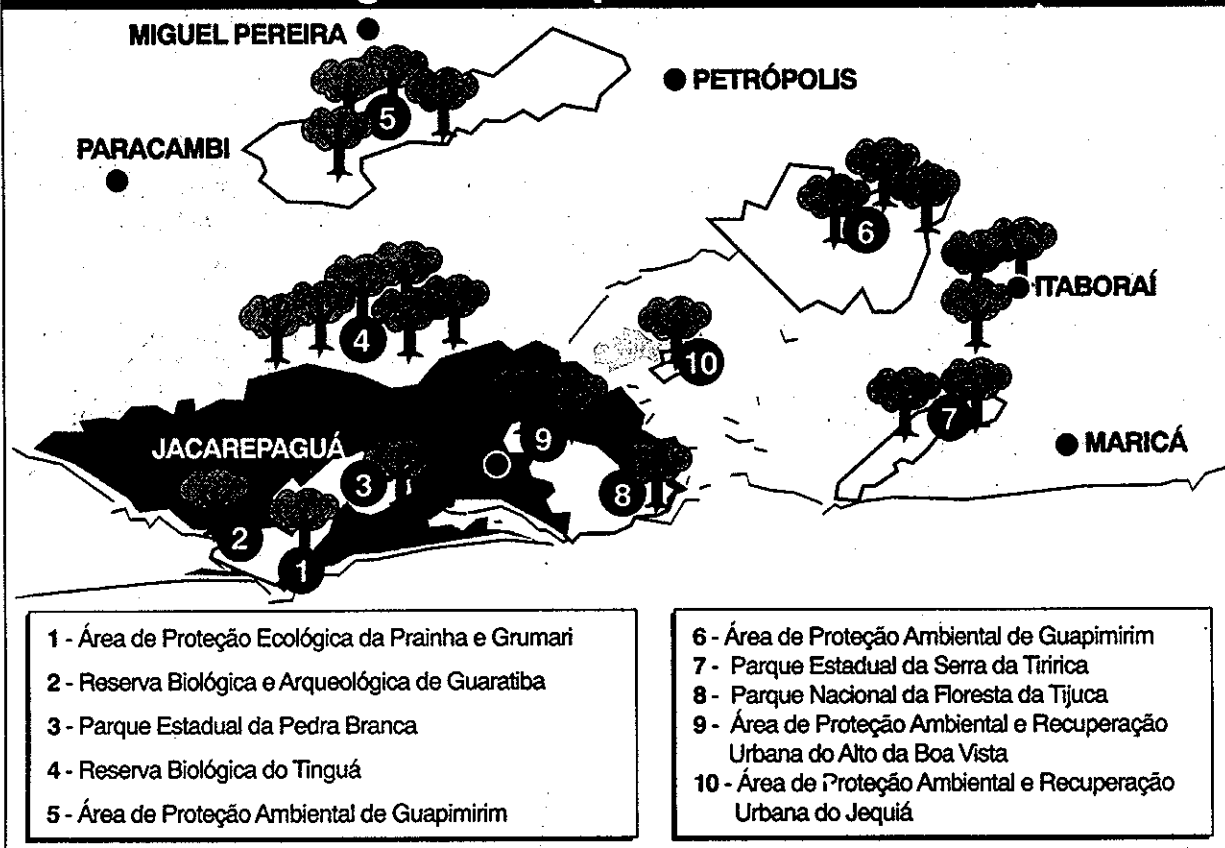
ANA LUCIA AZEVEDO

Muito faladas e, na prática, pouco conhecidas, as áreas verdes da região metropolitana do Rio de Janeiro começaram a ser avaliadas. O levantamento da situação fundiária, do tipo de vegetação, flora e fauna e estado de preservação das dez principais unidades de conservação do Grande Rio é coordenado pelo Instituto Municipal de Planejamento (Iplan-Rio) com financiamento do Banco Mundial (Bird). O principal objetivo é dar subsídios para o controle do meio ambiente.

Com conclusão prevista para março, o projeto custou US\$ 400 mil e inclui a criação de um banco de dados disponível a todos os interessados. Além de informações sobre legislação, tipos de solo, condições de rios e lagoas, o banco de dados ainda terá mapas indicando o nível de degradação ambiental feitos com imagens de satélites. Técnicos do Iplan-Rio, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e das secretarias municipal e estadual do Meio Ambiente apresentarão um pacote de medidas necessárias para a preservação de cada área.

As dez áreas foram selecionadas porque representam os três tipos de ecossistemas importantes da região metropolitana: florestas, restingas e manguezais. Além disso, as áreas, entre elas as florestas da Tijuca e da Pedra Branca, são próximas a concentrações urbanas. A floresta da

Dez áreas da região metropolitana serão estudadas



Pedra Branca, por exemplo, sequer tem seus limites conhecidos e está sendo devastada.

— Tivemos que fazer uma seleção rigorosa porque só o município do Rio tem 73 unidades de conservação, entre parques, áreas de proteção ambiental e reservas. Escolhemos as mais importantes — diz o coordena-

dor do projeto, Helios Jorge Pinto, da Divisão de Meio Ambiente do Iplan-Rio.

Pela primeira vez, foram coletados dados sobre as comunidades que vivem junto às áreas verdes. Pinto observa que a maioria dos estudos anteriores não mediu com precisão o impacto das comunidades que vi-

vem próximas de florestas, como muitas das favelas do Rio.

— É irreal colecionar informações somente sobre flora e fauna. Se queremos preservar o patrimônio ambiental, precisamos levar em conta as necessidades das comunidades. Não adianta tentar pôr as florestas numa redoma. A prática já mostrou que não funciona — diz Pinto.